



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

SEMINÁRIO

Educação Básica: Conhecimento e Currículo

Texto-Base

“O que proponho é um trabalho pedagógico que, a partir do conhecimento que o aluno traz, que é uma expressão da classe social à qual os educandos pertencem, haja uma superação do mesmo, não no sentido de anular esse conhecimento ou de sobrepor um conhecimento a outro. O que se propõe é que o conhecimento com o qual se trabalha na escola seja relevante e significativo para a formação do educando”. (Paulo Freire, Educação na Cidade, p.83)

1. A Construção do Seminário na CEB/CNE

A Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação propõe ao debate dos setores da sociedade brasileira interessados em educação o tema **Educação Básica: Conhecimento e Currículo**. Este documento-estímulo ao seminário em construção busca tematizar as relações entre os atos de educação das novas gerações (do nascimento aos dezessete anos de idade) e os valores curriculares hauridos no processo de conhecimento. A idealização do seminário e das ações que a ele se seguirão provém do debate realizado pela CEB sobre as linguagens estéticas e as ciências, que compõem as diretrizes educacionais brasileiras, em atendimento à Constituição Federal, à Lei de Diretrizes e Bases, aos Parâmetros Curriculares e às decisões constituintes dos currículos nas comunidades escolares do Brasil.

Cabe lembrar que o Conselho Nacional de Educação é um lugar mediador e mobilizador na sociedade brasileira, na medida em que tem responsabilidades no estabelecimento de diretrizes curriculares e na normatização de valores, recursos e instrumentos educacionais necessários à diversidade educacional e escolar do país, com atenção especial aos lugares educativos onde se encontram professores/as e alunos/as. Fundado na Constituição Federal e nas Diretrizes e Bases da Educação, o CNE criou uma história de trabalho pedagógico, científico e político, que se projeta na construção de normas e subsídios competentes para induzir políticas, planos e projetos centrados nas comunidades de ensino e aprendizagem do país diverso e desigual. Aos textos basilares das diretrizes para níveis e graus da educação somaram-se subsídios para percursos formativos mais recentes, processos de formação dos/as educadores/as e afirmações do direito humano e cívico.

O seminário ora proposto, que conecta educação básica, conhecimento e currículo, segue muitos momentos anteriores de exercício da inteligência e da vontade a serviço da renovação e da inovação indispensáveis. É necessário afirmar que o **currículo de estudos e experiências**, independentemente das correntes de pensamento que o definem e circunscrevem, **é o coração do processo educacional, pois nele precisa pulsar o que de melhor existe em teorias e experiências, em avanços do saber e sentimento de realidade vivida e conhecida**. Portanto, currículo não é fenômeno somente para ser pensado e sugerido,

mas também feito e vivido, tanto nas mesclas e diferenciações do cotidiano quanto em visões e projetos do futuro. Debates contemporâneos sobre currículo redundam na busca de “...currículos que promovam a sensibilidade à pluralidade cultural e a desconstrução de discursos que silenciam ou estereotipam o outro”.ⁱ Ora, quem lê com atenção as diretrizes curriculares para a educação básica do CNEⁱⁱ não tem lugar a dúvida sobre a inteireza do sentido de currículo para a educação escolar, o que implica pensá-lo e concretizá-lo **como tomada de decisão dos sistemas e suas comunidades, como ação educacional, como processo de avaliação contínua e aperfeiçoamento da própria dinâmica curricular**. Acrescenta o texto citado que um currículo instituído na experiência brasileira exige a articulação coletiva do conhecimento, fundamentada em suas raízes africanas, indígenas, europeias e orientais, atualizadas na historicidade política, econômica e cultural. Entende-se, pois, que quaisquer atos que busquem medir e compreender o ensino e a aprendizagem terão de ser abrangentes e historicizados na experiência, a partir dos valores de referência que instituem e constituem o currículo pelos sistemas educacionais e suas comunidades escolares.

Nas Diretrizes, a CEB/CNE não deixa por menos: “...costuma-se reduzir a produção e a constituição do conhecimento no processo de aprendizagem à dimensão de uma razão objetiva, desvalorizando-se outros tipos de experiências ou mesmo expressões outras da sensibilidade. (...) Em nome da velocidade e do tipo de mercadoria, criaram-se critérios para eleger valores que devem ser aceitos como indispensáveis ao desenvolvimento da sociedade. O ponto de encontro tem sido a acumulação e não a reflexão e a interação, visando à transformação da vida para melhor. O núcleo de aprendizagem terminaria sendo apenas a criação de rituais de passagem e hierarquia, contrapondo-se até mesmo à concepção abrangente de educação, explicitada nos arts. 205 e 206 da Constituição Federal”. Outro trabalho da CEB/CNE, de 2010, se posiciona sobre o tema em foco e nos orienta: “...currículo é o conjunto de valores e práticas que proporcionam a produção e a socialização de significados no espaço social e que contribuem, intensamente, para a construção de identidades sociais e culturais dos estudantes. E reitera-se que deve difundir os valores fundamentais do interesse social, dos direitos e deveres dos cidadãos, do respeito ao bem comum e à ordem democrática, bem como considerar as condições de escolaridade dos estudantes em cada estabelecimento, a orientação para o trabalho, a promoção de práticas educativas formais e não-formais”ⁱⁱⁱ.

2. Conhecimento, Ciência e Humanismo.

Em novembro de 1945 o cientista-filósofo Bronowski (1908-1974) foi enviado ao Japão em missão diplomática. Seu encontro com a cidade de Nagasaki foi tão difícil quanto educativo. Em seu livro-testemunho (1979) demonstra que algo semelhante a enormes sombras eram, de fato, esqueletos de fábricas “como se mão gigantesca os tivessem empurrado para trás e para os lados”. Além de outras imagens assombrosas, restavam “postes telegráficos torcidos e fios de arame num montão de cinzas”.^{iv} O cientista, depois membro da Unesco e professor no MIT, conhecia o vivido, mas as formas em processo de reconhecimento pareciam não ter sentido. Não ter sentido humano. Daí, o espanto ético.

Bronowski reflete sobre os modos científicos de conhecer e sua conexão aos fenômenos da arte. Afirma que Kepler e da Vinci tiveram impulsos criadores similares, ressaltados os modos e sentidos diferenciados da experiência construída e objetivada. Supõe, também, que os atos de leitura da criação e da descoberta são chaves da compreensão e do entendimento. Lidos, bem lidos, poemas e teoremas ocultam e explicitam semelhanças e diferenças, criam sentidos e produzem valores na vida. Podem (entre outros valores) até criar e desenvolver a consciência nas novas gerações de que aquela experiência de Nagasaki não pode (ou não poderia) ser vivida por nenhum outro agrupamento humano. Diríamos, noutras palavras, que tais leituras, ou atos de conhecimento, são valores da relação ensino-aprendizagem. Paulo Freire propôs e enfatizou a importância das leituras de palavra e mundo nos atos científicos, políticos e estéticos de aprender e ensinar. Nesse sentido, um currículo de

estudos e experiências é um lugar social que compartilha o direito e o dever de lermos palavra e mundo.

Leite Lopes, físico brasileiro, em artigo publicado há 45 anos na Revista Paz e Terra^v pergunta, a propósito do discurso conhecido entre intelectuais de *servir à humanidade* pelo conhecimento técnico-científico, a qual humanidade se servirá... (!) Sugere uma fronteira preferencial: servir à humanidade que sofre os horrores da ignorância, da fome e da miséria. No mesmo texto, ele louva a criação do Conselho Nacional de Pesquisas em 1951 e as instituições que assumem a crítica dos modelos políticos e que primam pelas interações entre o educar e o desenvolver socialmente. Para voltar a conectar Kepler e da Vinci, noutra obra de Leite Lopes fica patente o testemunho:

“Será possível um dia estabelecer-se uma cooperação internacional como a ciência contemporânea está a exigir, para o progresso de todos, para o desenvolvimento de todos os povos, na base do intercâmbio cultural, do comércio mundial sem injustiças para ninguém? Pois a ciência é parte integrante do humanismo, um dos frutos do espírito de inconformismo e renovação iniciada na época do Renascimento”.

Ciência e Humanismo enfeixam o campo semântico das orientações constitucionais e das diretrizes educacionais do Brasil para o processo de ensino-aprendizagem, visto que o educar é ato estético, ético-político, cultural, afetivo e científico, mediação básica para a formação de sujeitos autônomos e solidários, cidadãos e trabalhadores.

Visto que este texto tratou do conhecimento da ruína em parágrafos anteriores, cabe dizer nestes tempos globalizantes, de grandes impactos e não menores divisões sociais, que Hannah Arendt se aproxima do Aristóteles de **Política** quando reconhece que os erros educacionais das gerações adultas em relação às crianças e jovens levam, sistematicamente, à ruína da *polis*. Portanto, o ato primordial de quem tem a responsabilidade de educar é conhecer o mundo imaginário, as necessidades e os desejos das crianças e jovens. Daí sua ideia central: *“A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens”*.^{vi} Para Arendt, educar é criar um mundo comum. Para a ONU, o mundo comum é lugar do bem-público, da posse social indisputável e não concorrencial.^{vii} Por certo, a educação no interior do mundo comum e do bem público se realiza com efetiva aprendizagem, medida e aperfeiçoada continuamente, para não cair no vazio e na exclusiva retórica.

3. O enriquecimento curricular como direito e qualidade

Entendida a inteireza educacional do currículo, o pensamento do CNE se completa no documento-referência da Conae-2014.^{viii} O eixo IV, que trata da qualidade da educação brasileira, conecta qualidade a transformação social e, ato contínuo, esclarece sua concepção de avaliação formativa, indutora da qualidade e da mudança social: *“É preciso pensar em processos avaliativos mais amplos, vinculados a projetos educativos democráticos e emancipatórios, contrapondo-se à centralidade conferida à avaliação como medida de resultado e que se traduz em instrumento de controle e competição institucional”*. Para esclarecer mais: *“A avaliação deve considerar não só o rendimento escolar como “produto” da prática social, mas precisa analisar todo o processo educativo...”* O item 5.20 (p.72) do Documento-Referência da Conae-2014 explicita a missão de todos os níveis de governo do país para construir efetiva qualidade educacional: *“Desenvolver instrumentos específicos de avaliação da educação básica e suas modalidades, tendo em consideração as especificidades das propostas pedagógicas das escolas indígenas, das quilombolas, das dos povos da floresta, das dos povos do campo, das dos povos das águas e das comunidades tradicionais”*. Mais que nunca, carecemos de ampliar nossos sentidos para o sujeito que se educa.

Ser versado em ciências significa compreender a contribuição da ciência para o bem estar de todos/todas, adquirir capacidades de organização do trabalho científico e saber que a ciência é

uma atividade que afeta o humano. Essas três vertentes, que devem estar presentes em um currículo, estão interligadas e, portanto, a escola deve tratá-las de forma integrada e adequada. O Parecer CNE/CEB 5/2011, publicado sob o título de **Novas Diretrizes para o Ensino Médio** e ainda não valorizado como merece, abre novas perspectivas para a educação básica e pensa de modo sistêmico o processo educacional, como também se lê no PDE. Para o parecer: *“Visão sistêmica implica, portanto, reconhecer as conexões intrínsecas entre Educação Básica e Educação Superior; entre formação humana, científica, cultural e profissionalização e, a partir dessas conexões, implementar políticas de educação que se reforcem reciprocamente”*.^{ix} Nessa mesma direção vão publicações da Unesco, como os da Série Debates ED.

Os alunos do ensino fundamental devem aprender que as observações de um fenômeno da natureza, das coisas ou dos seres humanos, podem ser organizadas para revelar padrões, e que estes padrões podem ser usados para se fazer previsões. Para isso, os alunos do ensino fundamental devem aprender a observar e descrever os comportamentos e propriedades de objetos do cotidiano, materiais e seres vivos e o funcionamento de grupos sociais. Podem explorar a mudança no mundo ao seu redor, incluindo as alterações que tenham impacto sobre eles, como o tempo, e o que faz as coisas se moverem ou mudarem de forma. **Devem aprender que buscar respostas para perguntas surgidas pela vida e fazer observações é parte essencial da ciência.** Portanto, no interior dessa riqueza e dessa complexidade brasileira, aberta à constituição curricular, são bem-vindos os saberes que produzem metalinguagens sobre os atos de conhecer a realidade, mas também os afetos e os desejos, enfim as culturas que rompem com os dados quantificados e se projetam no amanhã em mudança, da família, da escola, da comunidade de destino. Formados que somos por linguagens produzidas pelas heranças naturais e culturais, cabe-nos (e aqui residem a expectativa e o objetivo do presente seminário), como educadores e educadoras, **encontrar e experimentar no currículo o direito e a qualidade singulares da educação**, por sua vez também ela uma linguagem conectiva de passado, presente e futuro social.

Notas ao texto

-
- ⁱ Canen, Ana. Sentidos e dilemas do multiculturalismo: desafios curriculares para o novo milênio. **Currículo: debates contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 187.
- ⁱⁱ **Diretrizes Curriculares Nacionais. Educação Básica**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2004, p.56-57.
- ⁱⁱⁱ Parecer CNE/CEB n° 7, 2010, p.22
- ^{iv} Bronowski, J. **Ciência e Valores Humanos**. Belo Horizonte e São Paulo: Ed. USP e Editora Itatiaia, 1979, pp. 9-31
- ^v Lopes, J.L. O Desenvolvimento da Ciência e os Povos do Terceiro Mundo. **Revista Paz e Terra**, número 8, sob o tema Homem, Ciência, Tecnologia. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1968, pp. 95-108.
- ^{vi} Arendt, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972, p. 247
- ^{vii} **Providing Global Public Goods. Managing Globalization**. New York, Oxford: Oxford University Press, 2002.
- ^{viii} Conae-2014, **Documento-Referência**. O PNE na articulação do sistema nacional de educação: participação popular, cooperação federativa e regime de colaboração. Fórum Nacional de Educação, 2012, pp-58-72.
- ^{ix} **Novas Diretrizes para o Ensino Médio**. Publicação de 2011 com o apoio da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e da Apeoesp, Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo.